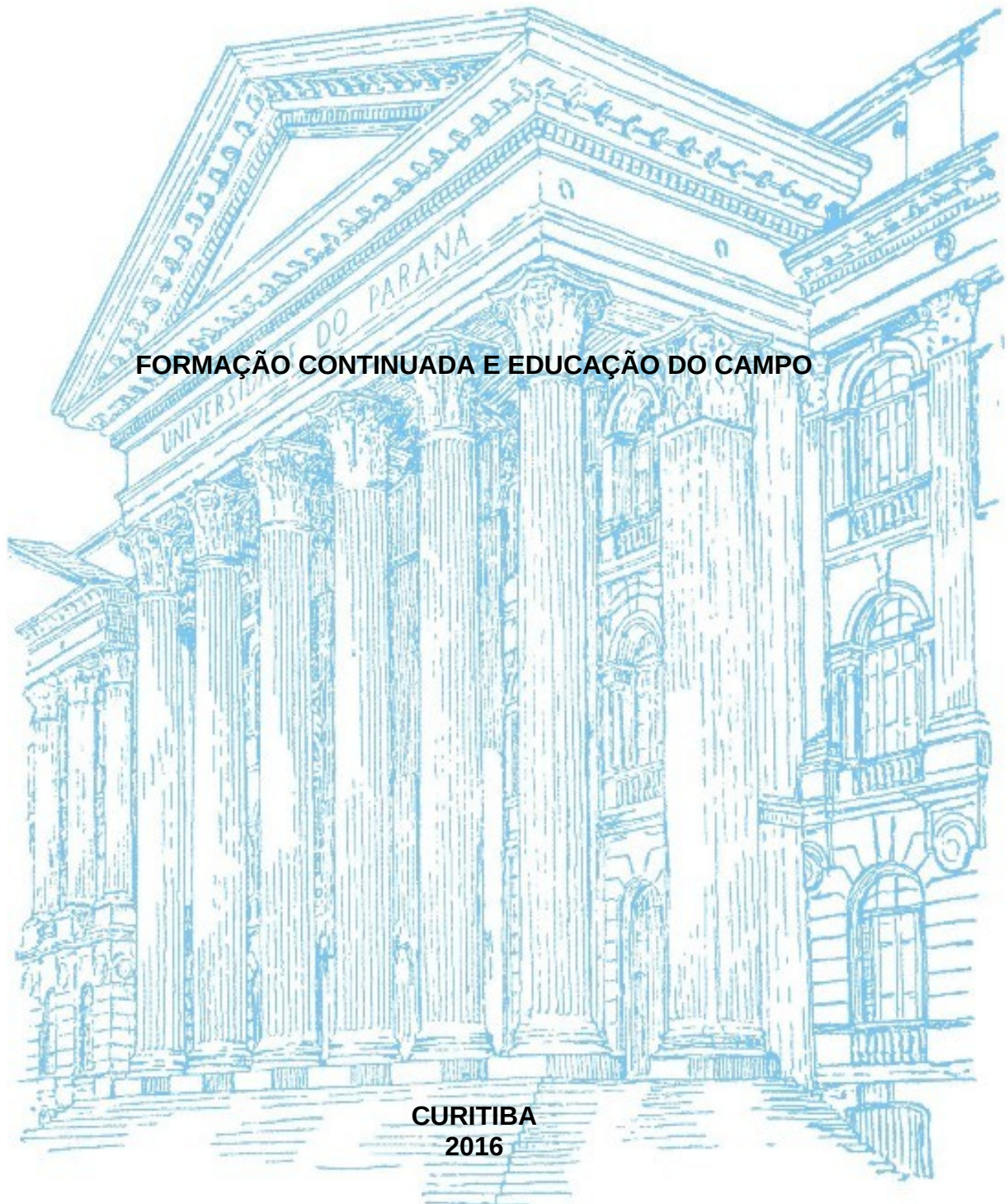


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

IONEIDE FATIMA CAPELETO PORTELA



FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

**CURITIBA
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

IONEIDE FATIMA CAPELETO PORTELA

FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Aparecida Barbosa

CURITIBA
2016

FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ioneide Fatima Capeleto Portela

RESUMO

O presente trabalho pretende identificar as dificuldades de professores que atuam em comunidades tradicionais do campo, considerando que a formação de professores voltados para as especificidades do povo camponês são recentes e não contemplam a formação específica de todos os profissionais que atuam com essa realidade. Delimita a leitura sobre a contribuição da formação acadêmica e a formação continuada dos(as) professores(as) da comunidade Ilha de Superagui, Guaraqueçaba, Paraná e as lacunas entre teorias e práticas, a inserção da escola nos processos sociais em que está inserida, as especificidades das comunidades tradicionais locais e a relação da escola com os movimentos sociais e sua importância para a formação humana. Este artigo faz um recorte da história da educação do campo e suas especificidades e expectativas, destacam alguns pontos sobre a formação acadêmica dos professores, a formação continuada oferecida pela mantenedora, SEED/NRE, oportunizando a compreensão sobre as diferentes práticas.

Palavras chaves: Educação do Campo. Movimentos Sociais. Estado. formação Continuada para professores da Educação do Campo.

1 Introdução

A educação está em constante luta pela sua vital importância para a formação e emancipação humana de forma consciente e autônoma que garanta transformações e inclusões sociais. Neste sentido a educação para os povos oriundos de comunidades tradicionais tem enfrentado, ao longo de sua história, muitos entraves e percalços dos quais trouxe muitas conquistas que garantem sua continuidade em suas comunidades, a partir dos coletivos de lutas, dos movimentos sociais e da consciência política que lhes oportunizam o

reconhecimento de sujeitos de direitos que são a partir das ações coletivas travadas em seu dia a dia.

Para formar professores e professoras com conhecimentos necessários para a interpretação e compreensão de cada realidade e com o compromisso necessário para que as transformações sociais aconteçam, o desafio acontece na luta entre os poderes instituídos, a compreensão sobre a crise do capital que se manifesta nas relações de trabalho e poder, de como são administrados as políticas voltadas para a agricultura, a questão agrária e a luta pela conquista da terra que se articulam de forma a buscar formação e conhecimentos necessários para a defesa de seus direitos através dos movimentos sociais organizados do campo e que tem como desafio a reforma agrária e a educação.

Na atualidade a luta pela terra caracteriza-se como reação ao modelo em que se encontra a política brasileira, o que precisa ser entendido sobre a questão agrária e os interesses de classes que se confrontam onde os movimentos sociais se posicionam com projeto histórico para além dos interesses capitalistas, onde se coloca uma proposta de formação de professores para atuarem nesta realidade com o compromisso de fazer a reflexão sobre a realidade em que cada povo vive e trabalha.

Este estudo discute a formação de professores que atuam em Instituições do Campo, o embasamento da formação continuada oferecida pela mantenedora, as dificuldades que estes enfrentam na atualidade, considerando o domínio da classe burguesa, para alcançar o acesso aos bens produzidos ao longo da história da humanidade, as contradições das políticas educacionais, as carências e barreiras no acesso ao conhecimento sistematizado, assim como a realidade estrutural e pedagógica em que as escolas se encontram.

Problemas e objetivos da educação do campo

Nesta perspectiva este estudo concebe a educação como prática social, o

que compreende relações sociais, as quais questionam a base material e todas as determinações do modo de produção capitalista vigente neste país. Assim sendo, toda educação é posicionamento de classe, é posicionamento político. Assim pretende-se tratar de educação vinculada à luta de classe onde a escola é vista como espaço para apropriação do conhecimento elaborado pela humanidade e de formação humana, com isso a escola, assim como o conhecimento são instrumentos de transformação das desigualdades sociais. Porém, num contexto maior, a escola continua com a função de reprodutora da ideologia da classe dominante garantindo assim aptidões e competências que mantêm o sistema baseado na exploração do trabalho humano. Em contraposição e com as forças vindas dos movimentos sociais e da organização dos trabalhadores e comunidades tradicionais, o fará embasado por teorias que fundamentam e explicam os rumos da formação humana, os rumos dos projetos de sociedade que almejam a classe trabalhadora.

A Educação do Campo tem sua origem nos movimentos sociais e na experiência de camponeses organizados, nos movimentos sindicais, tendo como premissa a unidade na luta contra o capital, a conquista da terra, o direito ao trabalho e ao conhecimento e a autonomia cidadã com o compromisso de recolocar a questão agrária e a educação do campo na agenda do Estado Neoliberal e de seus vários ministérios e também de secretarias estaduais e municipais da educação. E a partir desse momento se diferencia educação rural com educação do campo, onde rural se manifesta nas literaturas e documentos oficiais como lugar de atraso, lugar de pessoas que necessitam de assistência e proteção. Já com sentido cunhado pelos movimentos sociais o campo se refere à identidade e cultura dos povos do campo, com seus valores, suas culturas, as relações familiares e com a vizinhança, suas festas e celebrações nas colheitas, seu modo de vida e sua especificidade.

Para entender um pouco sobre essa luta precisamos entender que foi depois que o país se transformou em república e que uma Constituição brasileira foi pensada para direcionar as ações governistas, que a partir de 1934 vai se tratar da educação rural para conter o processo migratório, chamado de êxodo rural e garantir a produtividade do campo, mesmo num contexto de total falta de

estrutura onde os camponeses eram a base para os avanços no desenvolvimento da industrialização nas cidades. Neste contexto cabe a escola, preparar essa mão de obra, considerando que para as atividades do campo a educação formal não se fazia necessária, daí a inexistência de políticas públicas para essa parcela da população brasileira que muito mais tarde começam a se organizar através de movimentos populares e culturais, onde conta com a contribuição de Paulo Freire, o movimento estudantil, o movimento de educação de base, vinculado a uma ala progressista da Igreja Católica que traziam em suas reflexões as lutas dos trabalhadores rurais, organizados já pelas ligas camponesas, pelos sindicatos de trabalhadores rurais e outras entidades também organizadas em mobilizações entre moradores das periferias das cidades e do campo em busca de uma formação que contemplasse suas necessidades.

É reconhecido o avanço da luta em defesa da educação do campo de tal forma que hoje temos universidades construídas no campo dos movimentos sociais, assim como educação que contemple todas as questões voltadas para a realidade campesina. Tal debate trouxe a perspectiva de que campo é mais do que lugar de plantar ou de criar animais para suprir alimentação da humanidade. Neste espaço se constrói vidas distintas, específicas, mesmo no contexto capitalista em que se encontram inseridos. Muitos movimentos e organizações se fazem presente na luta pela educação do campo que traz em sua bagagem as mobilizações para uma política educacional comprometida com os interesses dos trabalhadores do campo, traz em seu âmago a inserção do sujeito do campo na sociedade e a valorização de sua cultura; e conforme SANTOS:

Contribuir para a promoção de um novo modelo de desenvolvimento do campo, a partir de uma nova matriz tecnológica e de novas formas de organização da produção e do trabalho, de modo a possibilitar a elevação da produtividade da terra e do trabalho, é o eixo programático das políticas desenvolvidas com os sujeitos da reforma agrária no Brasil atual.

Os materiais já produzidos pelas Coordenações das Licenciaturas da Educação do Campo apresentam uma abordagem mais interdisciplinar aproximando a educação básica da educação superior, superando aí uma

formação fragmentada. Onde destaca Calgart, novamente que:

Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade de Brasília (UnB), são as universidades executoras do Programa "piloto" de Apoio à Formação Superior e Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), do Ministério da Educação. Este Programa atende uma reivindicação histórica dos movimentos sociais, tem como objetivo, a Formação de professores para atuarem na educação básica das escolas do campo, nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio. Esta experiência está sendo avaliada cientificamente pelos que dela participam diretamente. No caso específico da UFBA e do coletivo LEPEL da Faculdade de Educação (FACED), o objetivo é aprofundar a teoria do Conhecimento, a Teoria Educacional com reflexões de reestruturação curricular dos cursos de graduação de formação de professores voltados para humanização do ser e não para a reprodução do capital. Portanto a Universidade pública é tencionada a responder as problemáticas sociais, a analisar as demandas, negando-as, reafirmando-as e confrontando-as no contexto do modo do capital organizar a vida no campo e de embates de projetos de educação. No movimento de intensificação de perda de direitos e conquistas históricas da classe trabalhadora, mas não sem resistência dos movimentos sociais.

Conforme as palavras de Calgart (2009, p. 153) "Educação do Campo se refere a um grupo amplo e diverso, mas que possui em comum um jeito peculiar de se relacionar com a natureza, com a terra, com as atividades produtivas, com a família com a comunidade". A luta pela terra e pela educação esteve presente em nosso país desde a colonização, porém a educação do e no campo se configura pela luta dos movimentos sociais em meados de 1980 onde se intensifica a produção industrial e a agricultura era vista como trabalho necessário para a produção de alimentos para os trabalhadores das indústrias. Neste momento também se intensificam as concentrações de terras, o aumento da pobreza, o analfabetismo, a baixa escolaridade o desemprego, o trabalho infantil e a violência de forma geral e também no campo. E a organização do povo camponês se intensifica como reação e enfrentamento a essas situações, surgindo aí à resistência campesina em busca de sua autonomia. E a formação de professores comprometidos com essa realidade ganha força teórica e política através das mobilizações e organizações dos diferentes movimentos sociais e sindicais que passam a ser entendidas como "Articulação Nacional por uma Educação do Campo" que a partir de análise da realidade brasileira sobre

políticas para a educação, constatam a inexistência dessas políticas. O que passa a ser a bandeira de luta desses movimentos a garantia à educação escolar e à construção de políticas específicas para o povo do campo e das comunidades tradicionais.

Entre modelos e pacotes tecnológicos adotados pelos diferentes governos, a educação voltada para o homem do campo nunca foi prioridade, desconectado dos interesses e necessidades desses sujeitos onde à educação para os povos do campo sempre esteve na pauta de luta dos movimentos sociais, os quais questionavam que escola se almejava para as crianças, jovens e adultos do campo. Já em 1997 foi organizado o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (IENERA), promovido pelo MST que contou com várias entidades como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Universidade de Brasília (UnB), trazendo a possibilidade de organização da educação com o viés da educação do campo que desencadeou a consolidação da educação do campo a nível nacional, comprometida com os trabalhadores do campo com a compreensão da realidade rural brasileira e a garantia da educação presente neste espaço e a formação de professores com conhecimentos necessários para compreender a realidade e oportunizar aos educandos do campo a possibilidade de transformações sociais em suas realidades, tem sido objetivo constante dos movimentos sociais através das lutas travadas em defesa da reforma agrária e por educação de qualidade.

Com a I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo (1997), promovida pelo Movimento Sem Terra (MST), junto com outras organizações, passou-se a discutir e refletir sobre a necessidade de uma educação voltada à realidade das pessoas do campo, com metodologia e conteúdos que tivessem a ver com essa realidade. Assim as entidades escolares inseridas nessa realidade começam a realizar modificações em seu processo educacional, trazendo para o debate no dia-a-dia da escola do campo a sua realidade o seu contexto, a sua problemática, a as realidade contextualizadas nas tarefas diárias, fortalecendo assim sua cultura e ressignificando sua realidade.

Inicia-se, muito timidamente um esforço, ainda de forma fragmentada e com muito pouco embasamento uma prática que busca contemplar a realidade da comunidade e conforme relatos da professora Ritamar Andreatta, do Colégio Estadual do Campo Iraci Salete Strozak, localizado em Rio Bonito do Iguçu, (PR), citado no caderno Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, relata que:

Desde o início entendíamos que para formarmos uma escola participativa era necessário ouvir todas as vozes e uma das formas foi a criação do Conselho de Classe participativo que envolveu os educandos, os pais, os professores, realizando-se de forma coletiva, pelo qual os educandos faziam uma auto avaliação e uma avaliação dos professores e da escola toda. Já os professores e pais avaliavam os educandos e procuravam encontrar juntos, uma solução e uma melhora para o ensino. Outra forma de cooperação mútua foi a auto-organização dos educandos com os representantes de turma, pelo qual se criou o momento cívico organizado em conjunto pelos educandos e educadores. Essas práticas fizeram todos nós avançarmos enquanto escola comprometida com a Educação do Campo!

A luta pela educação do campo se intensificou de forma articulada dada a grande demanda dos movimentos sociais que tinham como prioridade de pauta a educação no meio rural e a situação deficitária em que se encontrava a oferta educacional no campo e a ausência de políticas públicas no Plano Nacional de Educação do MEC. Dessa forma algumas Universidades se uniram para discutir a participação das Instituições de Ensino Superior no processo educacional do campo que avança para a elaboração de um manual de operações através da Portaria/Incrá/nº 837, que visa a implantação da alfabetização, isso já em 2001. Em 2004 outra portaria/Incrá/nº 282, para adequar o I PRONERA às diretrizes políticas do atual Governo que prioriza a educação em todos os níveis como um direito social.

Como por exemplo, a experiência do Programa Nacional da Educação em Áreas de Reforma Agrária (Pronera), até 2008 retrata que:

Nestes 10 anos de existência, o Pronera alfabetizou, escolarizou, capacitou e graduou cerca de 500 mil jovens e adultos atendido pelo Programa Nacional de

Reforma Agrária. Sempre em parceria com mais de 60 universidades públicas federais e estaduais, escolas técnicas, escolas família agrícola, além de secretarias estaduais e municipais de educação. Atualmente mais de 50 mil jovens e adultos estudam nos cursos do Pronera, seja em processo de alfabetização, nível fundamental e médio, seja nos cursos técnico-profissionalizantes de agroecologia, agropecuária, saúde, formação de educadores, nos cursos superiores de Direito, Pedagogia, Agronomia, Geografia, História, ou ainda em cursos de pós-graduação em Educação do Campo e Agroecologia (SANTOS, 2008, p.12).

Na sequencia das conquistas e citado na pesquisa de CARVALHO 2011:

O (Parecer CNE/CEB Nº 36/2001 e (Resolução CNE/CEB Nº 1/2002), ampliada com a Resolução complementar (CNE/CEB Nº 2 de 28 abril de 2008a), a qual estabelece normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento escolar no campo. Esta Resolução vem ao encontro do intenso confronto referente ao fechamento arbitrário das escolas e o transporte em massa de crianças e jovens do campo para as escolas da cidade. Já o Parecer (CNE/CEB Nº1/2006d,) referente ao reconhecimento da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA's), regulamenta a execução de práticas pedagógicas em tempos/espacos diferenciados. Outra frente de luta do Movimento da Educação do Campo foi a criação em 2004 de uma Coordenadoria-Geral de Educação do Campo no âmbito Ministério da Educação para execução da política nacional. Em 2006, o Movimento com forte mobilização política junto a este Ministério conquistou o Programa ProJovem saberes da Terra, e o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciatura em Educação do Campo-(Procampo), reivindicação da agenda política da II Conferencia Nacional da Educação do Campo de 2004.

Numa proposta de avanços para a organização das escolas vinculadas às comunidades tradicionais, a escola precisa basear-se na justiça, na igualdade, na transformação das diretrizes e orientações que abordem discussões sobre seus territórios camponeses, sobre seus trabalhos no campo, sobre a diversidade dos sujeitos, sobre suas lutas, sobre as práticas culturais, a relação com a cidade, ressignificar o processo de conhecimento científico a partir de uma formação por área de conhecimento, para organizar a escola de forma mais interdisciplinar onde a educação do campo se vincule a um projeto de desenvolvimento do campo que se pretende construir.

Ao considerar esses povos que viveram e ainda vivem às margens da sociedade, excluídos, explorados e expulsos de seus territórios, devido ao modelo excludente de agricultura capitalista e organização social, que tem como eixo a monocultura e a produção em larga escala para exportação, o agronegócio, a

utilização de insumos industriais, agrotóxicos, sementes transgênicas, o desmatamento irresponsável, a pesca predatória, as queimadas de grades florestas, a utilização de mão de obra escrava, entre outros, se faz necessário uma educação do campo comprometida com o desenvolvimento de forma sustentável, que tenha como elemento fundamental o ser humano e é dessa educação do campo que deve surgir os elementos como os conteúdos a serem ensinados, seu currículo, seu calendário, o envolvimento da comunidade, a diversificação de produtos, a utilização dos recursos naturais, a agroecologia, as sementes crioulas, a questão da reforma agrária, a questão dos trabalhadores assalariados rurais e as demandas por melhorias das condições de trabalho e direitos trabalhistas, a pesca artesanal ecologicamente sustentável, o preparo do solo, onde possam contemplar sua cultura, seus saberes e experiências, valorizar a dinâmica do cotidiano dos povos do campo.

A Educação do campo, a partir da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, apresenta alguns princípios em sua trajetória de luta, conforme o Caderno sobre o Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa - Educação Matemática do Campo – BRASIL 2014, que possibilita aos educadores um acúmulo de experiências e alguns elementos fundamentais para a organização do trabalho pedagógico, onde a **gestão coletiva e participativa** oportuniza a inserção dos estudantes nos processos decisórios o que insere na pauta dos trabalhos da escola a participação das lutas sociais vinculadas à vida da comunidade. **A organização dos tempos e espaços escolares** que sugere ir além da organização em séries e além da sala de aula, o que fortalece a organização e o planejamento em seus diferentes espaços, o que oportuniza ultrapassar o espaço tradicional da escola, o que aproxima a **relação de trabalho da escola com a vida da comunidade, dos estudantes**, tendo em vista a materialidade da vida real dos educandos. Vincular o que é ensinado em sala de aula à vida dos educandos possibilita uma melhor compreensão sobre os conteúdos trabalhados e aproxima e valoriza os trabalhos desenvolvidos pelos sujeitos da comunidade, assim como fortalece o **vínculo das Escolas do Campo com as lutas sociais** resgatando a importância das mobilizações coletivas da comunidade. A importância das organizações para alcançar suas conquistas e resgatar a história de luta de seu povo, oportuniza a compreensão de que se não

foi sempre assim, então podem também fazer diferente e melhorar a vida do campo, a vida de sua comunidade. Outro princípio importante é **possibilitar o acesso ao conhecimento universal que contemple as singularidades existentes na vida dos educandos** que conforme palavras de Freitas (2010) ressaltam que o acesso à produção cultural mais universal deve se dar a partir das contradições e dos conteúdos desta vivência, destacando que uma educação do campo, contextualizada, precisa considerar a prática dos sujeitos do campo.

Na concepção de educação do e o campo onde o ser humano é o sujeito da história, onde ele é visto como o próprio mundo, que o homem do campo tem um jeito peculiar de desenvolver suas atividades seguindo o relógio biológico, organizado em movimentos sociais, em associações, ou atuando de forma isolada, ele cria alternativas econômicas com o vínculo fecundo com a terra contrapondo as relações capitalistas selvagens.

Nesta caminhada o homem do campo entende o local de apropriação de conhecimentos científicos, construídos historicamente pela humanidade e como local de produção de conhecimentos através das relações entre o conhecimento científico e o conhecimento do mundo e da vida. Onde os povos do campo estão inseridos nas relações sociais do mundo capitalista as quais precisam ser desveladas na escola. Assim como os conteúdos e a metodologia de ensino precisam ser selecionados pelo corpo docente a partir do significado que têm para cada comunidade escolar, o que requer empenho, dedicação e pesquisa, para que possam ser ampliados e principalmente vistos como ponto de partida no processo pedagógico através da problematização de forma crítica colocando em pauta a questão agrária, pois é ela que tem impedido o avanço, a independência e autonomia do homem do campo.

Conforme as palavras de Calgart, 2002, P26, “o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive” porque a educação deve ser pensada a partir do lugar em que vive e com sua participação de todos os envolvidos, destacando as suas necessidades humanas e sociais, contribuindo assim pra o seu desenvolvimento consciente a partir de sua realidade.

Já consideradas todas as ações realizadas em prol da Educação do Campo o que tem se apresentado no interior das escolas é que não alcançam todas as dimensões para a correção das questões pedagógicas e da infra-

estrutura das escolas públicas, pois a educação manifesta as contradições da sociedade capitalista e neoliberal onde a escola do campo está inserida. Mesmo os movimentos reconhecendo a atual conjuntura política, ressalta que a Educação do Campo têm sua origem nas lutas sociais que versam sobre educação, reforma agrária e os posicionamentos antagônicos em relação a condução de ações voltadas para os trabalhadores em geral e em específico os trabalhadores do campo. Assim os movimentos que lutam pela reforma agrária no campo, se reconhecem dentro da história de luta de classe e se posicionam contra o modelo de desenvolvimento do modo de produção implantado pelo Estado, pois este não atende as suas reivindicações de usufruto da riqueza por eles produzidas.

As questões de enfrentamento continuam as mesmas das décadas de 1990 a 2000, as ofensivas do capitalismo das grandes indústrias agrárias, das alianças o capital e os proprietários das terras só favorece o setor agroexportador.

A exclusão escolar se configura de diferentes formas ao longo dos tempos onde grandes índices de analfabetismo, distorção idade/série, inexistência de estrutura física, básica e necessária, se caracteriza no meio rural. A precária escolarização dos professores, a desvalorização do magistério com contratos temporários, baixa remuneração e alta rotatividade revela as contradições de trabalho presentes nas unidades educacionais inseridas no campo.

A luta dos movimentos sociais visam ações que possibilitem a elevação dos níveis de conhecimento dos trabalhadores, que possam ir além das questões agrárias, que possam melhorar as condições de vida. Considera que esse é um aspecto fundamental para fortalecer a vida camponesa.

Considerando o exposto sobre o contexto da realidade da questão agrária no Brasil principalmente sobre a educação do campo, destacado o projeto de escolarização forjado pelos movimentos sociais e as relações que se estabelecem entre o Estado e movimentos sociais, cabe argumentar sobre as possibilidades de avanços em defesa do projeto educacional defendido pelos movimentos sociais de luta no campo e sua inserção na prática cotidiana e a contribuição dos professores responsáveis por essa demanda.

As escolas do campo apresentam condições precárias de funcionamento o que interferem diretamente no desenvolvimento e organização do trabalho pedagógico. Os alunos não tem acesso à internet, não tem laboratório de

informática, não dispõem de biblioteca, laboratório de ciências, quadra de esportes e algumas escolas ainda não possuem energia elétrica, não tem sanitários adequados e nem mesmo água encanada. Realidade esta apontadas por dados estatísticos do senso escolar de 2007, assim como depoimentos de professores, pais e alunos das escolas do campo.

Como proposta de Formação Continuada e material de apoio oferecidos aos professores que atuam na educação do campo, conduzem a reflexão sobre o desenvolvimento de uma gestão democrática e de planejamento participativo da escola pública, sua função social, o trabalho pedagógico e educativo realizado, suas formas, seus métodos, seus conteúdos, seus sujeitos, sua intencionalidade é o que está posto para estudos na Formação Continuada oferecida pela Mantenedora, a Secretaria de Estado de Educação do Paraná no ano de 2008. Ampliando a discussão para 2009, direciona-se os estudos que levasse ao encontro das necessidades dos trabalhadores e dos filhos dos trabalhadores, na perspectiva da emancipação humana e social dos que almejam uma sociedade mais inclusiva e que a escola tenha possibilidade de se sustentar numa concepção que reafirme as políticas de Estado e que estas possam consolidar-se como políticas públicas de fato com vistas à transformação da realidade social, econômica e política de seu tempo. (SEED PR, 2009)2.

Os estudos priorizam uma política que visa o resgate de uma dívida histórica do Estado aos sujeitos do campo que tiveram negado o direito a uma educação de qualidade, uma vez que os modelos pedagógicos ora marginalizavam os sujeitos do campo, ora vinculavam-se ao mundo urbano, ignorando a diversidade sociocultural do povo brasileiro, especialmente aquela expressa na prática social dos diversos sujeitos do campo. A construção das Diretrizes Curriculares da Educação do Campo, pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná, foi considerado mais um passo importante na afirmação da educação como um direito universal, pois tem a pretensão de auxiliar o professor a reorganizar a sua prática educativa, tornando-a cada vez mais próxima da realidade dos sujeitos do campo, criando assim um sentimento de valorização e pertencimento do espaço em que ocupam e vivem. Sendo assim, considerado as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo um importante instrumento para a construção de uma educação pública e gratuita de qualidade, que valorize a

diversidade humana, e que possa contribuir com a construção de uma sociedade cada vez mais justa.

Diante dessa prerrogativa as orientações da SEED/PR tratam sobre a formação de professores para atuarem na educação do e no campo tendo como **eixos temáticos**: o trabalho; a divisão social e territorial; a cultura e identidade; interdependência campo-cidade; questão agrária e desenvolvimento sustentável; organização política; movimentos sociais e cidadania. E como **alternativas metodológicas** a organização dos saberes escolares; investigação e interdisciplinaridade como princípios pedagógicos e a organização do tempo e do espaço escolar, conforme as Diretrizes Curriculares do Estado, para a Educação do Campo.

A realidade no chão da escola

O que dificulta a aproximação entre teoria e prática na educação do campo, mesmo com a oferta da formação continuada nesta área?

Embasada nestas informações é possível constatar que ainda não temos formação suficiente para as demandas dos povos do campo e a compreensão necessária referente aos povos de comunidades tradicionais e suas especificidades. Há muito o que ser construído nas comunidades para que realmente todos tenham a devida consciência sobre sua realidade, pois conforme pesquisa de Carvalho, 2011, o compromisso do MEC , entre 2004 e 2005, foram realizados acordos com os movimentos sociais, os quais destacam:

com financiamento específico para a educação do campo para a formação inicial e continuada dos professores; estruturar as escolas com material didático específico para as escolas do campo; investimento para infra-estrutura: construção e reforma de escolas; aquisição de equipamentos básicos, laboratórios e bibliotecas; revisão de política de transporte; reajuste do custeio da merenda escolar e incentivo às cooperativas de agricultores para fornecimento da merenda com o objetivo de dinamizar a agricultura familiar; flexibilização curricular e metodologias adequadas às escolas do campo, com base nas experiências existentes (Pedagogia da Alternância e Pedagogia da Terra), capacitação para a organização da escola de acordo com as Diretrizes do Campo. Assim como das demandas da II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo de 2004 - II CONEC, as quais destaca a ampliação do acesso e garantia de permanência da população do campo na Educação Superior e de valorização específica de educadores do campo tais como:

Interiorização das instituições de ensino superior, públicas, gratuitas e de qualidade; Cursos e turmas específicas para atendimento das demandas de profissionais do campo; Concessão de bolsas de estudo em cursos superiores que sejam adequados a um projeto de desenvolvimento do campo; Inclusão do campo na agenda do CNPq Capes e das universidades públicas; A formação profissional e política de educadores e educadoras do próprio campo, gratuitamente; formação no trabalho que tenha por base a realidade do campo e o projeto político e pedagógico da Educação do Campo; Incentivos profissionais remuneração e concurso diferenciado para educadores que trabalham nas escolas do campo; Definição do perfil profissional do educador do campo; Garantia do piso salarial profissional nacional e de plano de carreira; planos de dedicação exclusiva; Formas de organização do trabalho que qualifiquem a atuação dos profissionais da educação do campo; Condições de trabalho docente: recursos didáticos, estrutura física (bibliotecas, salas de informática, quadras de esporte, espaço de estudo, adequada, infra-estrutura (água, luz, alojamento).

O que se constata na realidade brasileira é que estes acordos, em muitas comunidades, não se efetivam, mesmo diante de toda a prerrogativa de luta travada, onde as ações tem se mostrado insuficientes para sanar as situações das diferentes unidades, as questões pedagógicas, a infra-estrutura de diversas escolas públicas do campo, continuam. Com isso esses movimentos sociais que se posicionam em defesa dos movimentos de classe, se opõe ao desenvolvimento do modo de produção capitalista, pois estes não atendem as reivindicações do direito e ao usufruto das riquezas por eles produzidas ao longo da história.

As ofensivas contra os direitos dos trabalhadores estão se tornando mais e mais freqüentes em favorecimento aos setores conservadores e agroexportador. Estamos em um período marcado por ofensiva neoliberal imperialista representada pelo agronegócio, os banqueiros, os latifundiários e pelos grupos dominantes na política, na comunicação, na economia e no parlamento. Porém cresceu também significativamente o número dos camponeses agricultores familiares, posseiros, sem terra, trabalhadores assalariados, expropriados dos meios de produção, onde todos se juntam na luta pela reforma agrária e pelos bens culturais. Isso se constata na pesquisa de Carvalho, p. 24, onde:

A desigualdade e exclusão escolar tem se configurado de diferentes formas ao logo do tempo e do espaço para aqueles que vivem e trabalham no campo: É, por exemplo, incômodo ou injusto que a taxa de analfabetismo seja, ainda, de 25,8% no meio rural, frente a 8,7% no meio urbano; que a média de

anos de escolarização entre as pessoas de 15 anos ou mais seja de apenas 4 anos, frente a 7,3 anos para o meio urbano; que a taxa de distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental seja de 41,4%, frente a 19,2% nas áreas urbanas; que o perfil dos professores revele que, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apenas 43,1% tenham ensino médio completo e 21,6% superior completo, frente a 75% e 56,4%, respectivamente, para o meio urbano, e que, para 5ª a 8ª séries, apenas 53,1% dos professores do campo tenham formação superior completa, frente a 87,5% para o meio urbano (BRASIL, 2009a,p.1).

E junto a esse quadro se encontra a precária formação dos professores da educação do campo, com crescente desvalorização, aumento de demanda de contratos temporários, baixa remuneração e alta rotatividade, fragilizando ainda mais a educação do campo. Estudos realizados pela UFBA (2009) revela a permanência da baixa escolaridade dos professores como um dos grandes problemas que se colocam para a educação do campo.

Nesta perspectiva a realidade em que muitas unidades escolares situada no campo enfrentam, são grandes, o que se observa é que toda essa teoria encontra resistência para a superação dessa fragmentação do ensino no sentido de deixar os métodos e didáticas tradicionais que levam um tempo maior para a construção dessa mudança de práticas, assim como os programas e projetos, enfim, as conquistas para o melhoramento da realidade campestre não atingiram todas as unidades escolares que atuam no campo.

A partir do contato e diálogo com professores que atuam na escola do campo, e o fato de que pude também atuar como pedagoga, por um ano e meio, em uma unidade de educação do campo, se constata que a escola ainda apresenta grande dificuldade de entendimento sobre a educação do campo e sua problemática, assim como permeia uma resistência a essa crítica de sua realidade que prevalece uma prática esvaziada dos fundamentos da educação do campo, onde há práticas que manifestam o ranço dos modelos de escola elitista, considerado aqui a formação dos professores, que não avançam nas discussões sobre a sua identidade, e apresentam uma precária realidade de estrutura física, de material e de formação.

Constato, a partir do meu trabalho como pedagoga, Concursada a 11 anos pelo Estado do Paraná, onde atuei por um ano e meio em uma unidade escolar que atende uma comunidade tradicional caiçara, situada em uma ilha distante do continente, no município de Guaraqueçaba, Paraná, comunidade esta de

pescadores, com aproximadamente 200 famílias, num total de mais ou menos 1000 pessoas e uma média de 130 alunos matriculados entre o 5º ano do Ensino Fundamental, fase II, ao Ensino médio, que esta realidade ainda permeia os espaços de educação do campo.

Esta escola conta, neste ano de 2016, com 13 professores, sendo 3 concursados e os outros são contratados através do Processo de Seleção Simplificado, sendo estes nativos da comunidade. E como a maioria dos professores tem vínculo por contrato temporário, a rotatividade gera grandes transtornos para a qualidade dos trabalhos desenvolvidos. Os professores relatam que para concluírem seus estudos, precisaram sair de suas comunidades para, agora, prestarem esse serviço à sua comunidade. Apontam que para se formarem precisaram realizar seus estudos em sistema de ensino a distancia, que muitos precisaram interromper seu estudos e retomarem em outro momento. Assim como outros moradores desta comunidade ainda tem a esperança de concluir seus estudos e contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade.

Relatam ainda os professores, que a presença do Estado é mínima, nesta unidade de ensino, que desenvolvem seus trabalhos em uma estrutura em dualidade com o Município, que a escola foi projetada para atender em média 70 alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental fase I. Que a estrutura não atende ao mínimo necessário para a demanda que é de responsabilidade do Estado. Que faltam salas para a biblioteca, a direção, para o atendimento pedagógico e a secretaria. Não contam com laboratórios de ciências e de informática; não têm quadra esportiva e a cozinha não comporta a demanda da comunidade.

Porém estudos mostram que a escolarização através do conhecimento científico é fundamental para fortalecer a luta como possibilidade de elevar o nível de conhecimento dos trabalhadores e camponeses para além das áreas de reforma agrária que altere as condições e o modo de vida camponês, no sentido da afirmação de sua cultura de seu modo de vida como específico e superar o currículo esvaziado de conteúdos clássicos, necessários para a reflexão e superação das condições postas como verdade única. Falta a estas escolas um projeto de escolarização capaz de reverter o processo histórico de exclusão. Os profissionais que atuam no campo são formados fora do meio rural e em cursos realizados em sua maioria em instituições de iniciativa privada que não

consideram a realidade do campo, nem a problemática da questão agrária e também não preparam os jovens e profissionais para compreenderem e interpretarem suas realidades e agirem no mundo do trabalho com viés da formação humana. Assim sendo suscita a necessidade do enfrentamento ainda mais acirrado em busca de uma formação de professores para atuarem em instituições do campo com capacidade e preparo suficiente para impor limites ao capitalismo que tendem a disseminar as suas condições de miserabilidade, subjugando estes ao processo de exploração vigente. Pois educação com qualidade e acessível a todos tende a romper com a historicidade de se negar aos trabalhadores o direito ao acesso ao conhecimento, ao crescimento, a participação na construção de sua história e da história de seu país, assim como dos bens por eles produzidos..

Este estudo se vale da realidade concreta e de estudos em diferentes fontes de pesquisa que busca entender as demandas e avanços sobre a educação do campo num contexto de disputa entre o capitalismo neoliberal e os movimentos sociais em busca de sua dignidade no local em que vivem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho fez uma breve leitura sobre a formação de professores que atuam na Educação do Campo, com destaque para as principais conquistas dos movimentos sociais, enquanto luta pela emancipação dos povos tradicionais, a luta pela terra, o enfrentamento dos movimentos sociais com o Estado burguês, o avanço do projeto educacional defendido pelos movimentos de luta, a formação de professores na perspectiva da emancipação humana como possibilidade para se constituir em realidade, que depende dos avanços na intensificação da luta pela terra e pela reforma agrária, que se embasa no conjunto de reivindicações travadas pelo conjunto de trabalhadores do campo e da cidade. A partir dessa prerrogativa e observando o contexto identificado para análise, temos o fato de que mesmo considerando todos os investimentos dos movimentos sociais e a articulação entre as diferentes organizações da sociedade, muitas comunidades se encontram distante do processo de desenvolvimento e tecnologia conquistados a partir do trabalho humano.

Destaca alguns pontos importantes sobre a Educação do Campo e os Desafios para a Formação de Professores da Educação Básica, forjada pelos movimentos sociais, no Brasil. O que se constata, nas literaturas consultadas, que o Estado mantém a ordem social vigente com políticas que desvalorizam o trabalho docente, submete os profissionais da educação em condições de precarização do trabalho na educação, com uma política aquém das necessidades de cada realidade. Formação esvaziada da problematização do contexto vivido e ausência de conscientização sobre sua realidade. Faltam as condições de infra-estrutura para que ofereçam suporte para a construção do conhecimento e a formação científica com base teórica necessária.

A formação de professores através das políticas de Educação do Campo, conquistadas pelos movimentos e o Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo), visa a formação multidisciplinar com vistas a gestão de processos escolares e comunitários, um currículo transdisciplinar com compromisso de integração entre formação humana e formação para a educação básica e para a formação político-social, com a intenção de encontrar formas de interação entre o conhecimento científico e os diferentes saberes da realidade, que desenvolva a capacidade de pensar, de ampliar sua formação humana e de agir no mundo.

Referências bibliográficas

Carvalho , M. S. **Realidade da educação do campo e os desafios para a formação de professores da educação básica na perspectiva dos movimentos sociais**, Marize Souza Carvalho, 2011.

CARGART, R. S. **Por uma educação do campo traços de uma identidade em construção** In. **Educação do campo.. Identidades e**

políticas públicas- Caderno 4. Brasília.. Articulação nacional “Por uma educação do campo”, 2002.

Castagna **Molina** e **Sônia Meire Santos Azevedo de Jesus** (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional **"Por Uma Educação do Campo, 2004.**

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

Diretrizes Curriculares da Educação do Campo> Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. CURITIBA. 2006.

Educação do Campo: Identidades e políticas públicas /Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Corioli, osfs e Roseli Salete Calgart (organizadores). Brasília, DF: Articulação nacional Por uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por uma Educação do Campo, nº 4.

Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1145-1157, Set./Dez. 2004.

Livro Didático e Educação do Campo/ Gilcinei Teodoro Carvalho e Maria de Fátima Almeida Martins (orgs) – Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2014.

Práticas pedagógicas e formação de educadores(as) do campo: **Caderno pedagógico da educação do campo/** organização de Alessandra da Costa Lunas, Eliene Novaes Rocha. 2ª edição – Brasília: Dupligráfica, 2010.

SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Educação do Campo: campo – políticas públicas – educação.** Brasília: NEAD, 2008.

5º Seminário Nacional de Licenciaturas em Educação do Campo – **Cadernos de Estudos 1** 2015.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200002

Anexo

Questionário apresentado aos professores que compõe o quadro de profissionais que trabalham na comunidade em questão.

Fale do curso de sua graduação: Como foi? A distancia, semipresencial, presencial, fez estágio com projeto desenvolvido e avaliado pelo/a professor/a de estágio?

Fale das dificuldades para realizar seus estudos:

Qual a sua relação com a comunidade?

Você tem dificuldade de se posicionar enquanto professora, devido a possibilidade de parentesco com os alunos?

Existe disputa na distribuição de aula na sua área de conhecimento?

Você se considera um professor atualizado e dinâmico?

Fale sobre o domínio em sala de aula:

Qual a sua concepção de educação nos tempos de hoje?

Tem formação ou curso de formação continuada sobre educação do campo?

O que você entende por educação do campo?

Você sente falta de cursos de formação continuada oferecida pela mantenedora?